

ATA NÚMERO 216/XII (4.ª)

Aos quatro dias do mês de março de 2015, pelas 09 horas e 45 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 2 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:30 HORAS

Audiência solicitada pela Plataforma de Media Privados, no âmbito da apreciação do projeto de lei n.º 506/XII (3.ª) - Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.

10:30 HORAS:

Audição do Presidente da Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários, Dr. Carlos Tavares, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, no âmbito da apreciação na especialidade do projeto de lei n.º 506/XII (3.ª) - Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.

11:30 HORAS:

Audição do Professor Doutor Miguel Prata Roque, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, no âmbito da apreciação na especialidade do projeto de lei n.º 506/XII (3.ª) - Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.

12:30 HORAS:

Apreciação e votação do parecer sobre o projeto de lei n.º 768/XII (4.ª) - Altera o Estatuto dos Deputados tornando obrigatório o regime de exclusividade dos deputados à Assembleia da República:

Relator: Deputado Sérgio Azevedo (PSD).

O Sr. Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Pedro Lynce, agradeceu a presença do representante da Plataforma de Média Privados, Dr. Luís Nazaré, que solicitou uma audiência à Comissão no âmbito da apreciação do projeto de lei n.º 506/XII (3.ª) - Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social —, e explicou a metodologia dos trabalhos.

Informou igualmente que a audiência se iniciaria com uma exposição inicial, por um período de 10 minutos.

O Diretor Executivo da Plataforma de Média Privados iniciou a sua intervenção sublinhando que gostaria de transmitir a posição da associação que reúne os grupos empresariais Cofina Media SGPS, SA, Grupo Media Capital, SGPS, SA, Impresa, SGPS, SA, e Rádio Renascença sobre o projeto de diploma em análise.

Disse que a Plataforma era completamente favorável, sem qualquer tipo de reservas, à transparência na propriedade e na gestão do sector da comunicação social, que tem um conjunto de características muito próprias que lhe conferem uma série de obrigações e o fazem ter uma exposição diferente dos restantes sectores da atividade económica, identificando-se, pois, com a iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Frisou também que a Plataforma apenas tem uma reserva prática quanto ao diploma em análise e que tem a ver com a modalidade e exequibilidade na aplicação no princípio de cadeia de entidades; que exigir aos órgãos de comunicação social que identifiquem a cadeia de entidades a quem uma participação qualificada deve ser imputada pode levantar uma série de dificuldades intransponíveis. A Plataforma compreende o princípio e a preocupação, mas chama a atenção para a falta de capacidade das empresas de *media*, por falta de recursos humanos e técnicos, para seguir aqueles rastos demasiado intrincados de participações complexas numa cadeia de entidades infundável que pode passar por territórios estrangeiros com legislações muito específicas e onde é impraticável conseguir detetar o rasto de uma qualquer cadeia até ao último beneficiário.

O projeto de diploma imputa essa responsabilidade não só às empresas mas também aos próprios detentores das participações, sendo, portanto, uma responsabilidade partilhada.

Por último, disse que a Plataforma não tinha, à partida, qualquer dificuldade em prestar informações acerca dos financiamentos.

Para colocar questões intervieram os Senhores Deputados Sérgio Azevedo (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), João Ramos (PCP) e Raúl de Almeida (CDS-PP), às quais o Diretor Executivo da Plataforma de Media Privados respondeu no final de cada intervenção.

O Senhor Presidente deu por encerrada a audição às 10 horas e 40 minutos.

A audição foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se disponível em http://media.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL4/02_com/12_cpecc/20150304cpecc_In.wmv, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta

Às 10 horas e 40 minutos teve lugar a audição do Presidente da Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários (CMVM), Dr. Carlos Tavares, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, a quem o Senhor Presidente deu a palavra para fazer uma intervenção inicial.

O Senhor Presidente da CMVM sublinhou que deve haver transparência relativamente a todos os interesses que possam condicionar de alguma forma a atividade dos órgãos de comunicação social, onde se incluem os interesses acionistas constituídos através das chamadas posições técnicas, que não correspondem à detenção física das ações, mas a interesses económicos, os grandes financiadores; que a transparência deve também aplicar-se aos grandes anunciantes, clientes, partes relacionadas com os acionistas para aqueles que leem os media possam estar conscientes de todos os conflitos; que o projeto de lei prevê várias obrigações de comunicação de participações qualificadas, designadamente a empresas ou entidades que detenham órgãos de comunicação social; que a sua sugestão é que a legislação em apreciação alinhe pelo regime relativamente exigente que já existe no Código de Valores Mobiliários (CVM) para as sociedades abertas, que já têm de declarar participações diretas e indiretas; que para evitar uma eventual sobreposição a sugestão que apresenta é a de que se mantenha para estas empresas a lei atual e que para as outras seja aplicado um regime semelhante.

No caso da cadeia de imputações não poder ser totalmente identificada a CMVM tem a possibilidade e o dever de declarar publicamente que essas participações como não transparentes.

Referiu-se também à relevância de conhecer os grandes financiadores dos *media* e à necessidade de ficar clarificada, no diploma, a articulação entre os diferentes reguladores; e, nesse sentido, disse que o projeto de lei do Grupo Parlamentar do PS devia prever expressamente a articulação entre a CMVM e a ERC, pois há informações que devem ser recolhidas por este regulador e transmitidas à CMVM.

Para colocar questões intervieram os Senhores Deputados Agostinho Santa (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP), João Ramos (PCP) e Sérgio Azevedo (PSD), às quais o Presidente da CMVM respondeu no fim de cada intervenção.

O Senhor Presidente deu por encerrada a audição às 11 horas e 40 minutos.

A audição foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se disponível em http://media.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL4/02_com/12_cpecc/20150304cpecc_cmvm.wmv, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

De seguida, teve início a audição do Professor Doutor Miguel Prata Roque, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, a quem o Senhor Presidente deu a palavra para fazer uma intervenção inicial, que pode ser consultada em <https://prezi.com/gjgavu3aualp/transparencia-e-pluralismo-nos-meios-de-comunicacao-social/>.

Para colocar questões intervieram os Senhores Deputados Agostinho Santa (PS) e Rosa Arezes (PSD), às quais o Prof. Miguel Prata Roque respondeu no fim de cada intervenção.

A audição foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se disponível em http://media.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL4/02_com/12_cpecc/20150304cpecc_mpr.wmv, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Palácio de São Bento, 4 de março de 2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(PEDRO LYNCE)

—————
Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa

Clara Marques Mendes

Isabel Oneto

João Ramos

Mónica Ferro

Paula Gonçalves

Pedro Delgado Alves

Pedro Lynce

Raúl de Almeida

Rosa Arezes

Sérgio Azevedo

João Lobo



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Miguel Laranjeiro

Teresa Costa Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Inês de Medeiros

Jacinto Serrão

João Portugal

Lídia Bulcão

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Pardal

Cecília Honório

Joana Barata Lopes

Maria da Conceição Caldeira

Paulo Almeida

Sandra Pontedeira

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia *18/03/2015*.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação
